

A (IN)ACESSIBILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: UM ESTUDO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA BAHIA

THE (UN)ACCESSIBILITY OF BUILT ENVIRONMENTS: A STUDY IN BAHIA'S FEDERAL INSTITUTES

LA (IN)ACESSIBILIDAD DEL AMBIENTE CONSTRUÍDO: UN ESTUDIO EN LOS INSTITUTOS FEDERALES DE BAHIA

1º AUTOR

COSTA, Silvia Kimo; Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA. Professora Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia; skcosta@ufsb.edu.br.

2º AUTOR

OLIVEIRA, José Roberto Silva de; Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pró-Reitor de Extensão e Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Salvador, Bahia, Brasil; joseroberto.ifba@yahoo.com.br.

3º AUTOR

RODRIGUES, André Xavier; aluno do curso de Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Eunápolis, Bahia, Brasil.

RESUMO

O presente artigo aborda a relação entre acessibilidade e o espaço construído dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Foram escolhidos três IFBAs localizados em três diferentes regiões do Estado da Bahia para análise: IFBA Ilhéus localizado no Litoral Sul; IFBA Eunápolis localizado no Extremo Sul e IFBA Vitória da Conquista localizado no Sudoeste do Estado. Os dados foram coletados através de um roteiro de observação direcionado elaborado com base em Costa e Silva Junior (2014). Para análise dos dados considerou-se o “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação e a NBR 9050/2004 - “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Os resultados mostraram que os três IFBAs caracterizam-se pelo espaço construído inacessível às pessoas com deficiência. Palavras-chave: Arquitetura escolar. Acessibilidade arquitetônica. IFBAs.

ABSTRACT

This article deals with the relationship between accessibility and the built space of the Federal Institutes of Education, Science and Technology of Bahia (IFBA), Brazil. Three IFBAs located at three different regions of Bahia State were chosen for the analysis: IFBA Ilhéus located at the South Coast Bahia's region; IFBA Eunápolis located at the South extreme Bahia's region and IFBA Vitória da Conquista located at the Southwest Bahia's region. Data were collected through a directed observation script that was made by Costa e Silva Junior (2014). Data analysis considered the "Handbook of Spatial Accessibility to Schools" developed by the Ministry of Education and the NBR 9050/2004 - "the Accessibility buildings, furniture, equipment and urban spaces". The results showed that the three IFBAs feature inaccessibility of people with disabilities.

Keywords: School architecture. Architectural accessibility. IFBAs.

RESUMEN

En este artículo se analiza la relación entre la accesibilidad y el entorno construido de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología de Bahía (IFBA). Se eligieron tres IFBAs en tres regiones diferentes del Estado de Bahía para el análisis: IFBA Ilheus ubicados en la Costa Sur; IFBA Eunapolis situado en el sur y IFBA Vitoria da Conquista situado en el suroeste del estado de Bahia. Los datos fueron recolectados a través de unas pautas de observación dirigidas preparados con sede en Costa e Silva Junior (2014). Para el análisis de los datos, se utilizó la "Guía de Accesibilidad Espacio para las escuelas", desarrollado por el Ministerio de Educación y la NBR 9050/2004 - "Accesibilidad a los edificios, mobiliario, espacios urbanos y el equipo". Los resultados mostraron que los tres IFBAs caracterizan por la inaccesibilidad de las personas con discapacidad.

Palabras clave: Arquitectura Escolar. Accesibilidad arquitectónica. IFBAs.

A (IN)ACESSIBILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: UM ESTUDO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA BAHIA

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a relação entre acessibilidade e o espaço construído dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Resulta da pesquisa intitulada: “Acessibilidade arquitetônica e Políticas Públicas de inclusão voltadas aos portadores de deficiência: diagnóstico do espaço construído dos Institutos Federais da Bahia”, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Foram analisados os IFBAs localizados nas cidades de Ilhéus, Eunápolis e Vitória da Conquista, situados respectivamente nas seguintes regiões do Estado da Bahia: Litoral Sul; Extremo Sul e Sudoeste do Estado. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2014 a julho de 2014. Os dados foram coletados através de um roteiro de observação direcionado elaborado com base em Costa e Silva Junior (2014).

A análise considerou as especificações do “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação (DISCHINGER et al., 2009) e a NBR 9050/2004 “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

O texto foi desenvolvido em três partes: a primeira apresenta os principais conceitos que nortearam a pesquisa e o contexto atual da acessibilidade às pessoas com deficiência no espaço escolar brasileiro. A segunda trata dos procedimentos metodológicos para realização da coleta dos dados. E a terceira apresenta o diagnóstico do espaço construído dos referidos IFBAs quanto à acessibilidade arquitetônica.

CONCEITOS NORTEADORES E O CONTEXTO ATUAL DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR BRASILEIRO

O que é “acessibilidade”?

De acordo com Dischinger et al. (2012; 2009) acessibilidade não significa apenas ter acesso a um local desejado, mas também que este local permita que a pessoa consiga se situar em relação aos ambientes e as atividades que nele ocorrem sem precisar solicitar qualquer tipo de orientação.

Deve ser possível para a pessoa deslocar-se ou movimentar-se com facilidade e sem impedimentos. Além disso, um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (DISCHINGER et al.; 2009, pp. 22-23).

Segundo Calado (2006, p. 30):

a acessibilidade do meio é condição essencial para o indivíduo realizar qualquer tarefa dentro de suas capacidades, ou seja, movimente-se, locomova-se e atinja uma meta planejada, utilizando ou não aparelhos específicos, e sem depender de outras pessoas. Ou ainda, pode ser encarada como planejamento do ambiente, a fim de que o indivíduo possa utilizá-lo plenamente, realizando as atividades a que se propõe e participando ao máximo das facilidades que o local possa oportunizar.

Para Brumer, et al. (2004, p. 319) “acessibilidade” é a:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia especificamente dos espaços, mobiliários (objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização, cabines telefônicas, lixeiras) e equipamentos urbanos (componente das obras de urbanização, como pavimentação), das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

A “acessibilidade” é o direito que todos têm de estar ou transitar por determinado espaço com total autonomia e segurança! Segundo ORNSTEIN et al. (2010) a “acessibilidade” é um dos princípios do desenho universal que objetiva propor espaços com dimensões apropriadas para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho, postura ou mobilidade do usuário.

Entretanto, essa não é a realidade quando se trata da acessibilidade às “pessoas com deficiência”.¹ Considerando o termo “pessoas com deficiência”, Feijó (2009, p. 2), explica que:

A concepção do termo e o seu conceito tiveram suas origens na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), a qual estabeleceu que “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais” seria uma “pessoa deficiente”.

Segundo Dischinger et al. (2012) a deficiência pode ser física motora, sensorial (visual, auditiva), cognitiva e múltipla. Considerando o exposto, observa-se que tanto o espaço público quanto o privado não vem atendendo às condições arquitetônicas mínimas que assegurem autonomia e segurança às pessoas com deficiência (BÍSSIGO, 2004).

Vizioli e Peres (2009, p. 187), afirmam que o espaço seja ele público ou privado (incluindo o contexto urbano) “pode unir ou segregar, e para que ele cumpra sua função social, é necessário que propicie tanto a integração social de vários grupos ou comunidades, como também, a acessibilidade a todos”. Dessa forma, a inacessibilidade dificulta a integração social das pessoas com deficiência.

Quando se trata da acessibilidade para pessoas com deficiência ao espaço escolar, pesquisas recentes, em diferentes Estados do Brasil, demonstram que a inacessibilidade parece ser uma constante.

Costa e Silva Junior (2014), ao analisar a acessibilidade arquitetônica em três escolas de ensino médio da rede pública de ensino da Bahia, localizadas nas cidades de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras, constataram que Políticas Públicas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência vêm sendo efetivadas através da adequação do espaço edificado escolar. Entretanto, essa adequação acontece somente através da inserção de elementos arquitetônicos que possuem maior visibilidade, tais como: rampas de acesso e banheiros

¹O presente artigo não utiliza os termos: “portador de deficiência” ou “portador de necessidades especiais”, optou-se por adotar “pessoa com deficiência” considerando o exposto por Lanchoti (2005) que considera ser um equívoco afirmar que alguém porta ou carrega uma deficiência ou possui necessidades especiais. Segundo Lanchoti (2005, p. 31) “não se pode generalizar que este tipo de público a que se está referindo necessita de algo especial para viver ou sobreviver”.

para deficientes físico-motores. Pessoas com deficiência sensorial (visual, auditiva), cognitiva e múltipla não possuem qualquer possibilidade de inclusão.

Paulino et al. (2008) ao analisar nove escolas de uma cidade do interior do Estado de São Paulo constataram que nenhuma delas apresentava sequer bebedouro adaptado. Os pesquisadores verificaram que as escolas estavam tentando atender as recomendações presentes na Legislação, mas uma série de intervenções arquitetônicas seria necessária para que as escolas se tornassem efetivamente acessíveis às pessoas com deficiência.

Calado (2006) ao analisar a acessibilidade arquitetônica de duas escolas municipais da cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, verificou que o quadro de inadequação das escolas se deve ao despreparo da comunidade escolar no sentido de colaborar, acompanhar e cobrar qualidade nas adequações. A autora também constatou que:

É baixa a quantidade de portadores de deficiência (PDs) matriculadas em escolas (...) o espaço urbano e os transportes não proporcionam o acesso de PDs à escola, com segurança e autonomia (...) ausência de professores e funcionários PDs nas escolas (...) os funcionários das instituições desconhecem o que seja acessibilidade (...) a aplicação das normas técnicas regulamentadoras da acessibilidade, não garante a inclusão dos PDs (...) são necessários parques adequados, banheiros especiais, carteiras e cadeiras adaptadas e similares são medidas que concorrem para inclusão das PDs (...) as barreiras edificadas no espaço escolar desestimulam o aluno deficiente a explorar os seus diversos ambientes restringindo-se a frequentar sua sala de aula e áreas adjacentes (CALADO, 2006, p. 154).

Tagliari et al. (2006) ao analisar escolas da rede pública de ensino da cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, constatou que estas não possuem adequações ou propostas de projetos que eliminem as barreiras arquitetônicas². Duarte e Cohen (2006) analisaram a acessibilidade arquitetônica do Colégio de Aplicação da UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro. Os pesquisadores verificaram que o colégio não possuía nenhum percurso totalmente acessível e que o colégio apresentava:

sanitários mal-adaptados, acessos estreitos; vagas especiais inexistentes ou com acessos irregulares; pavimentação desnivelada,

² “Elementos físicos, naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente” (DISCHINGER et al., 2012, p.14).

balcões altos; falta de pisos-guia e/ou pisos de alerta para cegos; acessos a bibliotecas com existência de roletas, elevadores sem informações em braille ou sem sonorizadores avisando os andares de parada. (...) Outro obstáculo encontrado é o acesso ao segundo andar. A rampa, que liga o pavimento inferior ao superior, não tem sinalização adequada, e começa com um degrau de cerca de dez centímetros de altura, o que inviabiliza completamente a rota acessível, retirando a autonomia de um cadeirante. (...) Os banheiros não estão de acordo com as normas de acessibilidade: pias altas demais, espelhos sem inclinação, e não há nenhuma cabine adaptada. (DUARTE e COHEN, 2006, p. 9).

Estas pesquisas exemplificam a precariedade da acessibilidade arquitetônica às pessoas com deficiência no espaço escolar brasileiro ao longo de aproximadamente 8 anos. Um paradoxo ao considerar que a Legislação Brasileira ampara o portador de deficiência desde 1988 através da Constituição e de uma série de Leis, tais como:

- Lei 7.853, de 24 de Outubro de 1988, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social e foi regulamentada pelo Decreto 3.298/1999, que estabeleceu a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e suas normas gerais nas áreas de educação, saúde, esporte, assistência social, lazer, trabalho e recursos humanos;
- Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (especificada pela NBR 9050/2004); e
- Lei 10.048/2000, que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência física pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi elaborado um roteiro de observação direcionado, similar ao roteiro proposto por Costa e Silva Junior (2014), considerando os seguintes ambientes em função da existência das seguintes características físicas em cada IFBA (Quadro 1):

Quadro 1: ambientes observados e características analisadas

Ambiente observado	Características observadas	Análise	
1 Acesso à escola	presença de faixa de pedestres para travessia com calçada rebaixada	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004.
	presença de semáforo para automóveis e para pedestres com sinal sonoro	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de calçada em frente à escola com pavimentação regular, sem buracos e sem obstáculos;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	presença de ponto de ônibus em frente à escola e se o acesso permite o trânsito livre de um cadeirante ou de um portador de deficiência visual;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de estacionamento em frente à escola com vagas destinadas aos portadores de deficiência e próximas ao portão de entrada;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de rampa de acesso entre a vaga e a calçada.	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
2 Corredores	se possuem largura adequada à quantidade de pessoas que os utilizam;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	presença de contraste de cor entre piso, parede e portas, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	o piso é antiderrapante, regular e se encontra em boas condições;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existem rampas quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004

	identificação dos ambientes através da presença de placas junto às portas em letras grandes e em cor contrastante com o fundo, e de placas com letra em relevo ou em Braille, na altura entre 90 e 110 centímetros, para pessoas com deficiência visual;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	largura dos vãos das portas com 90 centímetros;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de maçanetas, em forma de alavanca, nas portas entre 90 e 110 centímetros de altura em relação ao piso;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de bebedouros com altura livre inferior de, no mínimo, 73 centímetros do piso para a aproximação de uma cadeira de rodas.	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de rampas na escola e se a largura mínima equivale a 1 metro e 20 centímetros;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	presença de piso antiderrapante, firme, regular e estável;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de patamar sempre que houver mudança de direção na rampa e com mesma largura que a rampa;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
3 Rampas	patamar livre de obstáculos, como vasos, móveis, abertura de portas, que ocupem sua superfície útil;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	a rampa tem tamanho, inclinação e formato de acordo com a seção 6.5, da NBR9050/04;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência, no início e no final da rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação, que alerte as pessoas com deficiência visual sobre a	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004

	existência da rampa.		
	existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	caso existam estantes nestes ambientes, suas prateleiras podem ser alcançadas por pessoas em cadeira de rodas;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	o corredor entre as fileiras de carteiras é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeira de rodas;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	o quadro possui altura que permita alcance por pessoas em cadeira de rodas;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
4 Salas (de aula, informática, arte, vídeo, e laboratórios diversos)	ao longo do dia, o quadro-está sempre livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	o espaço em frente ao quadro é largo o suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existe computador com tecnologia assistiva, como Dos Vox, etc., para pessoas com deficiência visual;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	há, pelo menos, uma pia sem obstáculos, como coluna e armário, com vão livre de 73 centímetros - do pé ao tampo - que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	as torneiras da pia são de fácil alcance e manuseio por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos.	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
5 Biblioteca			Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis,	() Sim () Não	

	<p>peças com baixa visão;</p> <hr/> <p>é possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pelo ambiente até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalho e de computador, estantes, balcão de empréstimo;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>as mesas de estudo ou de computador estão livres de qualquer obstáculo, como pés e gaveteiros, que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>a largura do corredor, entre as estantes, permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>os livros, nas prateleiras, podem ser alcançados por pessoas em cadeira de rodas;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>o balcão de empréstimo permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize, ou seja, o balcão é mais baixo e com recuo para as pernas;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
6 Auditório	<p>existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>as portas de acesso ao ambiente têm uma largura proporcional à quantidade de usuários que o auditório comporta e se abrem no sentido da saída;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>

	existência, de um espaço reservado, para pessoa em cadeira de rodas, com tamanho mínimo de 80 x 120 cm;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência, de pelo menos, um assento, mais largo e resistente que os demais, destinado a obesos;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	é possível que uma pessoa, em cadeira de rodas, acesse o palco através de rampa;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	existência, no palco, de local - com boa visibilidade e iluminação - destinado à/ao intérprete de Libras.	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
7 Sanitários	existência, pelo menos, de um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessíveis às pessoas com deficiências na escola;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	as portas dos sanitários possuem vão de abertura de, no mínimo, 80 centímetros;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	o piso dos sanitários é antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	é possível para uma pessoa, em cadeira de rodas, circular pelo sanitário, manobrar sua cadeira, acessar o boxe e o lavatório;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	as torneiras desse lavatório são facilmente alcançadas e manuseadas por uma pessoa em cadeiras de rodas e/ ou com mobilidade reduzida nas mãos;	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
	os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, etc.	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004

	<p>peessoa em cadeira de rodas;</p>		
	<p>há espaço suficiente que permita transferir a pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>a localização e as dimensões das barras de apoio junto ao vaso sanitário obedecem à seção 7.3.1.2, da NBR 9050/04;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>além da barra horizontal, a porta possui maçaneta do tipo alavanca, a uma altura entre 90 e 110 centímetros, para pessoas com mobilidade reduzida nas mãos.</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
8 Quadra de esportes	<p>existência de rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>existência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos, sanitários e vestiários;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>existência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos, como traves, redes e cestas;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>
	<p>existência de, pelo menos, um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas;</p>	<p>() Sim () Não</p>	<p>Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004</p>

no caso de práticas de esportes por pessoas que utilizam cadeira de rodas do tipo “cambada”, os vãos livres das portas existentes na rota acessível, nos sanitários e vestiários, são de, no mínimo, um metro.	() Sim () Não	Se sim, verificar se atende à NBR 9050/ 2004
--	-----------------	--

Fonte: Elaborado com base em Costa e Silva Junior (2014).

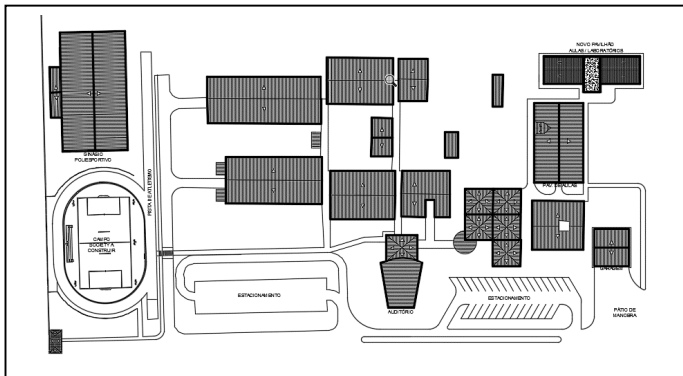
Tais características também estão especificadas no “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação (DISCHINGER et al., 2009). A análise das edificações considerou a existência ou não dessas características. Quando constatada a existência de alguma delas, foi verificado se estava de acordo com as especificações da NBR 9050/2004 - “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

Após a verificação, as informações analisadas em cada escola foram organizadas em um quadro comparativo e posteriormente sintetizadas em um texto descritivo expondo o “diagnóstico do espaço construído dos IFBAs quanto à acessibilidade arquitetônica”.

DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS IFBAs ANALISADOS QUANTO À ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

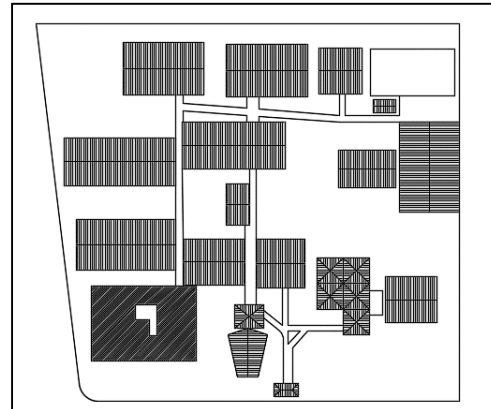
O IFBA Eunápolis e o IFBA Vitória da Conquista foram inaugurados em 1994. A implantação de ambos é similar e caracteriza-se pela predominância de edificações modulares retangulares conectadas por passarelas cobertas e ao ar livre que se distribuem de maneira ordenada pelo terreno (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Planta de implantação do IFBA Eunápolis.



Fonte: arquivo pessoal de Silvia Kimo Costa.

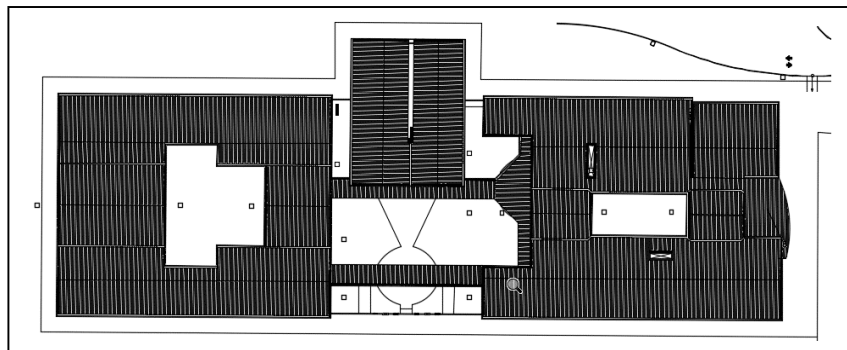
Figura 2: Planta de Implantação esquemática do IFBA Vitória da Conquista.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O IFBA Ilhéus faz parte do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e iniciou suas atividades em 2011; a implantação apresenta-se em um módulo único com jardins internos (ao ar livre), que tomam o aspecto de “praças” (Figura 3).

Figura 3: Planta de implantação do IFBA Ilhéus.



Os três Institutos dispõem de estrutura edificada de salas de aula, laboratórios diversos, biblioteca; auditório; ambientes para práticas de esportes e outras dependências. O quadro 2 sintetiza os ambientes de ensino em cada IFBA analisado (além do acesso a cada Instituto, corredores, rampas e sanitários).

Quadro 2: Os Institutos analisados e seus ambientes de ensino

	IFBA Eunápolis	IFBA Vitória da Conquista	IFBA Ilhéus
Ambientes		Laboratórios de Programação; Laboratório de Redes de Computadores;	
		Laboratório de Simulação Computacional;	
	Laboratório de Geoprocessamento;	Laboratório de CVT;	
	Laboratório de Bioquímica;	Laboratório de Desenho;	
	Laboratório de Matemática;	Laboratório de Hidráulica;	
	Laboratório de Modelos Matemáticos;	Laboratório de Solos e Microbiologia;	
	Laboratório de Desenho;	Laboratório de Água e Esgoto;	Salas de aula;
	02 Laboratórios de Desenho Arquitetônico;	Laboratório de Automação Industrial e Sist. Eletropneumático;	04 Laboratórios (para atividades diversas);
	Laboratório de Física;	Laboratório de Música;	02 Laboratórios de Informática;
	Laboratório de Química;	Laboratório de Metrologia;	Laboratório de Química;
	Laboratório de Biologia;	Laboratório de Máquinas Térmicas;	Laboratório de Física;
	Laboratório de Enfermagem;	Laboratórios de Eletrônica Geral;	Laboratório de Biologia;
	Laboratório de Redes de Computador;	Laboratório de Soldagem; Laboratório de Manutenção;	Laboratório de Matemática;
	04 Laboratórios de Informática;	Laboratório de Produção Mecânica;	Laboratório de Matemática;
	Laboratório de Edificações (laboratório de mecânica dos solos; laboratório de materiais de construção e laboratório de instalações elétricas);	Laboratório de Instalações Elétricas;	Sala de Vídeo Conferência;
	Sala de Línguas;	Laboratório de Acionamentos e Máquinas Elétricas;	01 Biblioteca e 01 Auditório.
	Sala de Audiovisual;	Laboratório de Biologia;	
	Sala de Ginástica;	Laboratório de Química; Laboratório de Física;	
	01 Auditório e 01 Biblioteca com acesso à internet.	Laboratório de Eletroeletrônica;	
		Salas de aula;	
	Sala de Línguas;		
	Sala de Audiovisual; Sala de Ginástica;		
	01 Auditório e 01 Biblioteca com acesso à internet.		

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

O roteiro de observação demonstrou que, de maneira geral, os três Institutos não atendem às especificações do “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” (DISCHINGER et al., 2009).

Quanto ao **acesso à escola**, o IFBA Eunápolis localiza-se às margens da BR 101. Não há faixa para desaceleração dos veículos e rotatória para conversão. Há um radar para controle da velocidade dos veículos (máxima permitida 40km). Não há placas de sinalização do trânsito, não existe ponto de ônibus e faixa de acesso para pedestres. Dentro da escola existe um estacionamento para carros, mas não há vagas destinadas as pessoas com deficiência.

Algo similar foi observado no IFBA Ilhéus. Este se localiza as margens da Rodovia Jorge Amado (que liga Ilhéus à Itabuna), também não há faixa para desaceleração dos veículos e rotatória para conversão. Para reduzir a velocidade dos veículos foram construídos dois quebra-molas e instalado um radar para controle da velocidade (máxima permitida 40km). Existe um ponto de ônibus na frente do Instituto, construído precariamente com pedaços de madeira e cobertura de piaçava. Não há acesso da portaria do IFBA até o ponto de ônibus para pessoas com deficiência.

Já o IFBA Vitória da Conquista localiza-se em uma rua desprovida de qualquer tipo de sinalização de trânsito. Há calçada de acesso com largura de 2m, mas o ponto de ônibus não está acessível às pessoas com deficiência. Dentro da escola existe estacionamento para carros com uma vaga reservada para pessoas com deficiência, entretanto, nos arredores não há passeios ou rampas adaptadas ao portador de mobilidade reduzida e deficiente sensorial.

É pertinente informar que o **acesso à escola** (condições da pavimentação; sinalização; segurança), assim como o **ponto de ônibus** e a acessibilidade ao mesmo, são de responsabilidade do Poder Público municipal.

Quanto aos **corredores**, estes se apresentam com largura superior a 2m nos três Institutos, o piso é regular e encontra-se em boas condições, porém não é antiderrapante. No IFBA Vitória da Conquista e no IFBA Eunápolis foi verificada a existência de elementos que

atrapalham a passagem das pessoas tais como: mesas, cadeiras e bebedouros. Não há presença de contraste de cor entre o piso e as paredes (apenas em relação às portas).

Os três institutos possuem placas de identificação dos ambientes fixadas em paredes ou portas; porém, tanto no IFBA Eunápolis quanto no IFBA Vitória da Conquista essas placas são monocromáticas não permitindo a leitura por parte dos portadores de baixa visão. Em nenhum dos três Institutos há placas de identificação dos ambientes em braile. Quanto ao **dimensionamento das portas dos ambientes**, estas estão de acordo com as especificações da NBR9050/2004; a largura do vão varia de 85 a 90cm (para portas com 1 folha) e 120cm (para portas com 2 folhas), permitindo a passagem do cadeirante com comodidade.

Quanto às **rampas de acesso**, no IFBA Vitória da Conquista existem rampas com inclinação acima da porcentagem máxima recomendada pela NBR9050/2004 (que equivale a 8,33%), o que não permite o deslocamento autônomo do cadeirante. Em alguns pontos as rampas possuem dimensionamento inferior a 90cm impedindo a passagem do mesmo. No IFBA Eunápolis, não há rampas, mas sim trechos em que o piso é inclinado (dentro dos 8,33% de inclinação máxima recomendada). No IFBA Ilhéus, não há desníveis dentro do campus.

Os **ambientes de ensino** (salas de aula, laboratórios de informática, salas de arte, salas de videoconferência e laboratórios diversos) apresentam as seguintes características nos três Institutos: não há contraste de cor entre piso e paredes, apenas entre piso, paredes e portas não contribuindo para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; não há piso tátil direcional para guiar os deficientes visuais aos ambientes e não há piso tátil de alerta indicando a entrada dos ambientes; as carteiras das salas de aulas não se adaptam em termos de largura, altura e formato aos diferentes tamanhos dos alunos; permitem aproximação de alunos em cadeira de rodas, mas não permitem que estes utilizem o referido mobiliário. Quando as carteiras estão organizadas em fileiras, o espaço existente entre uma e outra fileira não permite a passagem de um aluno em cadeira de rodas. O quadro está fixado na parede de forma a permitir que o cadeirante alcance apenas a parte inferior do mesmo. Em pouquíssimas salas o quadro está livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte sua visualização. Os laboratórios atendem alunos de diferentes estaturas, mas as mesas e cadeiras não se adaptam às dimensões de todos os usuários;

A **biblioteca**, nos três Institutos, possui espaço suficiente para circulação de uma pessoa em cadeira de rodas, porém as mesas de estudos ou de computador não estão livres de obstáculos (como pés e gaveteiros) o que impede sua aproximação. O cadeirante tem pouco acesso às prateleiras de livros. O balcão de empréstimo é alto e não possui recuo para pernas, dificultando o atendimento ao cadeirante.

Quanto ao **auditório**, nos três Institutos, não há contraste entre o piso e paredes. Há batentes entre os corredores de acesso e as fileiras onde ficam as cadeiras. Não há espaço reservado para o cadeirante e não há rampa para que este acesse o palco.

Quanto aos **sanitários**, o IFBA Eunápolis possui apenas um box dimensionado para acesso a pessoas em cadeira de rodas, com barras de apoio. Os demais sanitários não atendem a NBR9050/2004 nem mesmo para quem não tem deficiência. No IFBA Vitória da Conquista não há sanitário para cadeirante e os sanitários existentes são semelhantes aos do IFBA Eunápolis. No IFBA Ilhéus há pelo menos 3 sanitários específicos para cadeirante construídos de acordo com a NBR9050/2004, mas estes permanecem fechados e são abertos somente quando há cadeirantes no campus. Os demais sanitários são amplos e confortáveis.

O último ambiente observado foi a **quadra de esportes**. Constatou-se que os três Institutos não possuem rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra. Não existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, arquibancada, sanitários e vestiários.

CONCLUSÕES

Verifica-se que a realidade quanto à acessibilidade arquitetônica às pessoas com deficiência no IFBA Eunápolis, IFBA Vitória da Conquista e IFBA Ilhéus é similar a de outras instituições de ensino brasileiras e caracteriza-se pela predominância da inacessibilidade. E diante da legislação vigente, da normatização técnica existente, dos manuais para promoção da acessibilidade arquitetônica desenvolvidos e disponibilizados pelo governo federal, questiona-se: por que isso acontece?

Maciel (2012) explica que o Brasil possui leis em âmbito federal, estadual e municipal consideradas as mais avançadas do mundo e que visam garantir o direito de acesso a saúde, reabilitação, educação, trabalho, esporte, cultura, moradia, transporte e lazer aos

cidadãos. Entretanto, ainda segundo Maciel, tais leis são cumpridas com pouca frequência, negligenciando a acessibilidade não só para as pessoas com deficiência, mas também para as que não possuem deficiência.

Segundo Vizioli (2006), somado a esse contexto, as instituições tendem a não projetar os espaços prevendo as diversas possibilidades de uso, e, depois de construídos, é que verificam a necessidade de reformá-los para permitir a acessibilidade à pessoa com deficiência; na maioria das vezes para cumprir o que especifica a lei. Ainda segundo Vizioli, tais reformas geralmente ficam comprometidas pela restrição orçamentária, falta de competências para propor soluções e dificuldades de exequibilidade técnica do que foi proposto.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>. Acesso em 5/2/2013.
- BÍSSIGO, Maria Claudia Kirsch. **Nível de satisfação de pessoas portadoras de deficiência ambulatória com o trabalho e com as condições de acesso a empresas de Caxias do Sul, RS**. 2004. 131f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Engenharia com ênfase em ergonomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- BRASIL. Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000. Atendimento às pessoas com deficiência pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 08/11/2000.
- BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 20/12/2000.
- BRASIL. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 20/12/1999.
- BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1988. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Distrito Federal: **Diário Oficial da União**, 24/10/1988.
- BRUMER, Anita; PAVEL, Katiuci; MOCELIN, Daniel Gustavo. Saindo da “escuridão”: perspectiva da inclusão social, econômica, cultura e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Revista Sociologias**, nº 11, 2004, pp. 300-327.

CALADO, Giordana Chaves. **Acessibilidade no ambiente escolar: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN.** 2006. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

COHEN, Regina. Estratégias para a promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. **Direitos Humanos no Século XXI**, 1998. p. 1 - 18. Disponível em <http://www.asdef.com.br/innova/assets/artigos/direitos013.pdf>. Acesso em 20/10/2014.

COSTA, Silvia Kimo; SILVA JUNIOR, Milton Ferreira da. Dispositivos Políticos, aspectos arquitetônicos de instituições de ensino e formas de inclusão e exclusão social na territorialidade sul baiana. **Revista Oculum Ensaios**, v. 11; n. 1; 2014, pp. 97-117.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; PIARDI, Sonia Maria Demeda Grosman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público.** Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2012.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michele Faleiros da Cunha. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível.** Brasília: Ministério da Educação, 2009.

DUARTE, Cristiane R. de S.; COHEN, Regina. Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. In: **Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade.** São Paulo, USP: 2006, pp. 1-12.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. **O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** 2009, p. 1-18. Disponível em <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32588-39795-1-PB.pdf>. Acesso em 20/10/2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 39ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LANCHOTI, José Antonio. **Critérios de desempenho da mobilidade no espaço urbano construído como avaliadores da cidade acessível: o caso de Ribeirão Preto, SP.** 2005. 396f. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

MACIEL, Alvaro dos Santos. **O programa de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida: um estudo acerca do ativismo judicial na cidade do Rio de Janeiro/RJ,** 2012. Disponível: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT2/GT2_dosSantosMaciel.pdf. Acesso em 14/08/2014.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000; pp. 51-56.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de; LOPES, Maria Elisabete (orgs.). **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010.

PAULINO, Vanessa Cristina; CORREA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre a acessibilidade física em nove escolas municipais do ensino fundamental de uma

cidade do interior paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8; n. 1; 2008; pp. 59-74.

TAGLIARI, Carina; TRÊS, Francesca; OLIVEIRA, Sheila Gemelli de. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, v. 1; n. 1, 2006, pp. 10-14.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue; PERES, Patricia Tanoue. O direito de ir e vir: acessibilidade dos espaços de circulação do centro de São Paulo. **Revista eletrônica Ética e Cidadania**, São Paulo, 2009, pp. 185-197. Disponível em: http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes__artigos/vizioli_peres_14.pdf. Acesso em 20/10/ 2014.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. **Espaços públicos abertos de circulação de pedestres e o usuário cadeirante**. 2006. 229f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2006.